

PAUTA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia 15/4/2025, às 11h, na sala de reuniões, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 – MSV 215/2023

Autor: Deputado Volnei Weber (MDB)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo que proibiu o projeto de lei n. 428/2019 aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A proposta de lei vetada determina a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à depressão, automutilação e ao suicídio no projeto pedagógico das escolas de rede pública de ensino no Estado.

Além disso, a medida estabelece a obrigatoriedade de as escolas comunicarem os Conselhos Tutelares em caso de automutilação ou tentativa de suicídio dos alunos.

2 – PL 36/2025

Autor: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A proposta trata da criação do programa “Cuidando de quem cuida”, com o objetivo de estabelecer estratégia e diretrizes voltadas à atenção e orientação de mães com filhos portadores de doenças raras ou deficiências, como Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Dislexia.

Dentre as estratégias para a implementação do programa, estão: a implantação de serviços de oferta de cuidados pessoais em centros especializados, a implantação de

serviços de cuidados em domicílio e serviços de acolhimento para situações de ausência de vínculos familiares, assim como estudos para a identificação das necessidades de cada caso.

3 – PL n. 8/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A proposta concede 5% de desconto no pagamento do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) aos condutores cadastrados no registro positivo de condutores (RNPC).

Serão incluídos nessa lista aqueles motoristas que não tiverem cometido infração de trânsito sujeita à pontuação nos últimos 12 meses.

4 – PLC n. 4/2024

Autor: Deputada Luciane Carminatti (PT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto altera a lei que dispõe sobre o magistério público estadual (Lei Complementar n. 668/2015), para fixar o mês de fevereiro como época de concessão das promoções trienais, garantir a dispensa do registro de ponto durante o recesso escolar e fixar valores da gratificação pelo exercício da direção de unidade escolar.

5 - PL n. 519/2024

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta dispõe sobre a adaptação da alimentação escolar nas escolas públicas e privadas do estado e atinge aos portadores do transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, dislexia e altas habilidades.

O projeto determina sejam consideradas as especificidades sensoriais e restrições alimentares dessas pessoas, a ser feita de acordo com suporte de nutricionistas e terapeutas ocupacionais.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-3112